



Racismo e realidade brasileira: disputas interpretativas entre Caio Prado Jr. e o PCB na primeira metade da década de 1930.

PEDRO CONTERNO RODRIGUES*

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a militância política e intelectual de Caio Prado Jr. dentro do Partido Comunista do Brasil (PCB), entre os anos de 1932 e 1935, com foco para as disputas interpretativas quanto a realidade brasileira e, em especial, quanto ao tratamento dado em relação ao debate racial. Neste último ponto, a hipótese que se defende é que o debate realizado dentro do PCB, até o início da década de 1930, minimizava os problemas relacionados ao racismo. Esta postura se modifica a partir das diretrizes impostas pela Internacional Comunista e pelas reflexões que ocorriam entre os próprios militantes do partido. A visão de Caio Prado Jr. neste contexto possui papel de destaque por se opor ao posicionamento defendido pelos dirigentes do partido tanto em nível nacional quanto no internacional. Desta forma, iremos percorrer a trajetória e atuação política de Caio Prado Jr. dentro do PCB para entender em que medida o autor se contrapõe às diretrizes do partido e de que forma suas divergências estão expressas em *Evolução Política do Brasil* (1933). Nosso objetivo é contextualizar o período que Caio Prado Jr. atuou dentro do PCB no início da década de 1930 para compreender sua interpretação como uma crítica ao posicionamento desta organização em relação a três pontos. Em primeiro lugar, opõe-se a diretriz hegemônica do partido que considerava o Brasil uma sociedade feudal; em segundo lugar por destacar a importância de se considerar os aspectos subjetivos em uma análise histórica; e por fim, diferentemente do que era defendido majoritariamente pelo comitê central do PCB, chama a atenção para a necessidade de analisar o racismo como um elemento estruturante da sociedade brasileira.

Introdução

Nascido em 1907 e pertencente a uma abastada e tradicional família de fazendeiros de café de São Paulo, Caio Prado Jr. desde cedo teve um posicionamento político e ideológico contrário a sua origem de classe. Após ter finalizado seus estudos no Colégio São Luís e de ter passado um ano morando na Inglaterra, retorna ao Brasil e ingressa no curso de Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1924. Durante seus anos de estudo universitário viajou pelo Oriente Médio, para a África Setentrional e pelo interior do Brasil e

* Mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na linha de História Econômica. Esta pesquisa possui auxílio financeiro da CAPES.



2

teve a oportunidade de vivenciar, em primeira mão, a condição que estas populações se encontravam. Gostava de observar como organizavam o plantio, as tradições e os negócios. Em 1928, formou-se no curso de Direito e se filiou ao Partido Democrático (PD) após não se conformar com os resultados das eleições daquele ano, na qual nenhum dos cinquenta candidatos do Partido Democrata conseguiu se eleger para as cadeiras da câmara municipal de São Paulo¹. Os anos de sua formação e ingresso na vida política foram bastante tumultuados, em virtude da conjuntura política que o Brasil e o mundo passavam.

A militância política de Caio Prado Jr. dentro do Partido Democrático foi bastante intensa nos últimos anos da década de 1920, principalmente junto ao processo eleitoral de 1929 e a Revolução de 1930, quando ele e o partido, através da Aliança Liberal, apoiaram a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Teve inclusive participação militar, com a missão de sabotar os meios de comunicação que seriam usados para impedir o avanço das tropas que vinham do sul rumo ao Rio de Janeiro em apoio a Vargas. O PD, que era composto por membros da classe média urbana e por antigas dissidências do Partido Republicano Paulista (PRP), caracterizava-se dentro desta conjuntura pela defesa de pautas que tinham aspirações democratizantes como o voto secreto, a reforma eleitoral e a autonomia entre legislativo e judiciário.

Durante o período em que atuou no PD, ajudou o partido a se organizar na capital e no interior, assumindo tarefas como membro da "Comissão de Sindicância" em Ribeirão Preto, e também como primeiro tesoureiro da sede de Santa Cecília. Quando, em 1931, o PD se reaproximou das oligarquias agrárias do Partido Republicano Paulista (PRP) e rompeu com o interventor do estado de São Paulo - João Alberto - a partir da alegação que seu governo possuía simpatia com o comunistas, Caio Prado Jr. decide se desvincular do partido. Sua desfiliação do Partido Democrático é datada de 3 de novembro de 1931, iniciando a partir de então sua aproximação com o Partido Comunista do Brasil (PCB)².

Os acontecimentos passados durante a década de 1920 e início da seguinte, acompanhados de seus desdobramentos a nível nacional e internacional, certamente reforçaram o tensionamento dessa conjuntura turbulenta. Para a nossa análise, iremos focar

¹ Ver: Candido, Antônio. A força do concreto. In: D'Incao, Maria Angela [org]. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Jr.*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 23.; Martinez, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1998, p. 63; e Lima, Heitor Ferreira. Caio Prado e seu Tempo. In: D'Incao, Maria Angela [org]. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Jr.*. São Paulo: brasiliense, 1989, p. 17.

² Para o debate sobre sua desfiliação do PD e aproximação do PCB, ver: Pericás, Luiz Bernardo: *Caio Prado Jr: uma biografia política*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016, p. 32-34.



3

em um acontecimento que consideramos emblemáticos e que teve, direta e indiretamente, influência no pensamento de Caio Prado Jr: a consolidação da Revolução Russa, acompanhada de uma intensa expansão do marxismo, fundação de diversos partidos comunistas pelo mundo e do aumento da influência da Internacional Comunista³ sobre a atuação destes. O objetivo desse artigo é analisar o posicionamento político de Caio Prado Jr. dentro do PCB e a maneira que a questão racial é abordada.

De acordo com Pedro Caldas Chadarevian, o debate racial realizado dentro do PCB pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, entre a data de sua fundação, 1922, até o ano de 1933, entendido como uma fase de grande desinteresse pelo tema dentro do partido, em que há uma minimização dos problemas relacionados ao racismo no Brasil; e um segundo período que se inicia em 1934, em que se nota uma inflexão no tratamento das questões raciais e um aumento da preocupação dos membros do PCB em denunciar a condição de vida dos negros e indígenas na sociedade e de recrutar militantes negros para o partido⁴.

Nos debates desenvolvidos nesta segunda fase, a partir do início da década de 1930 - período que Caio Prado Jr. ingressa no PCB - temas como a opressão racial e racismo no Brasil começam a serem levados em consideração para se analisar a sociedade brasileira, abordados, de forma geral, através dos discursos nacionalistas e em defesa da autonomia e soberania nacional. Para a maioria dos militantes e teóricos pcebistas, a questão racial será abordada a partir desses parâmetros. No caso específico de Caio Prado Jr., que possui divergências teóricas com demais dirigentes do partido e é o foco da nossa análise, vale ressaltar que a questão racial será introduzida dentro do debate da formação nacional e superação do passado colonial.

Apesar de haver inúmeros problemas no debate racial realizado pelos autores marxistas neste período, como buscaremos destacar nesse artigo, esta perspectiva no início da década de 1930 apresenta algo novo: afirma que o Brasil é um país racista. Mesmo parecendo óbvio, tal posicionamento por um lado se distancia das ideias defendidas pelos eugenistas e seus seguidores do "racismo científico", vertente que na época se difundiu rapidamente pelo mundo e que se tornava hegemônica. Por outro, pode ser considerado como um esforço

³ controlada pela linha política ditada a partir do *Comintern*.

⁴ Para o tratamento sobre a questão racial dentro do PCB ver: Chadarevian, Pedro Caldas. *Raças, classes e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. Florianópolis: Revista Política & Sociedade, v.11 – nº20, abril de 2012, p.257-258; e Chadarevian, Pedro Caldas. *Os percursos da interpretação marxista do problema racial*. Campinas: Revista Crítica Marxista, nº 24, 2007.



4

crítico de combate ao mito da democracia racial, cuja elaboração mais acabada está no livro *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre.

O debate de Caio Prado Jr. no PCB no início da década de 1930

De acordo com Luiz Bernardo Péricas⁵, o ingresso de Caio Prado Jr. no Partido Comunista do Brasil provavelmente ocorre entre final de abril e começo de maio do ano de 1932, após a dissolução da Cooperativa Internacional dos Trabalhadores, organização comunista que Caio Prado Jr. militou depois de sair do Partido Democrático. Já como membro do PCB escreve um texto em 26 de maio para um jornal de Jaboicabal, no qual é bastante explícito seu posicionamento político e sua aproximação aos ideais comunistas:

*"Na sociedade atual, duas classes se defrontam: os que trabalham, os que produzem – de um lado; do outro, os que usufruem este trabalho, vivendo parasitariamente à sua causa. São esses os burgueses: os fazendeiros, os proprietários, os industriais - os capitalistas, enfim. Compreender tal situação é o que significa para os trabalhadores possuírem consciência de classe. (...) Uma vez chegados a isto, então é possível a luta consciente, da qual saíram vencedores os proletários, (...). Não há acordo possível. A luta é de domínio ou de uns, ou de outros. Hoje dominam os capitalistas, que têm tudo nas mãos; desde o Estado até a própria vida do trabalhador. Amanhã, lutando e vencendo, dominarão os trabalhadores. E a eles caberá então fundarem uma nova sociedade, onde todos os homens sejam iguais; onde não seja escravo do outro."*⁶ (PÉRICAS, 2016: 40)

O período em que Caio Prado Jr. ingressou no PCB esteve marcado pelo aumento da influência do *Comintern* na diretriz política do partido, em especial a atenção que esta organização passa a dar para São Paulo. Alguns fatos importantes reforçam esta atitude, como a deliberação, em 1931, pelo Congresso das Seções Latinas da Internacional Comunista de que São Paulo se tornaria o principal ponto de ação sindical no continente por ter a maior concentração industrial da região, assim como a transferência da sede do Comitê Central do Rio de Janeiro para São Paulo. Neste contexto o *Comintern* se caracterizava por sua diretriz ortodoxa, desconsiderando os pensadores que abordassem em suas interpretações da América Latina os casos nacionais, já que para esta organização só existiria uma única realidade, aquela moldada pelo imperialismo aos países coloniais ou semicoloniais. A aproximação de Caio Prado Jr ao PCB e às interpretações marxistas, como pode-se imaginar, não foi tranquila e isenta de disputas.

⁵ Péricas, Luiz Bernardo. *Caio Prado Jr.: uma bibliografia política*, op. cit. p. 37.

⁶ Carta de Caio Prado Jr. a Francisco de Borja.



5

O VI congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em 1928, pode ser considerado como a inflexão política desta organização, que adota uma diretriz cada vez mais stalinista. De acordo com Ricardo Antunes, esta virada de diretriz da IC possui como pano de fundo duas estratégias adotadas pelo Partido Comunista Russo. A primeira, converter uma revolução específica, a Revolução Russa, em uma revolução universal. Ou seja, as particularidades dessa revolução seriam adotadas como modelo revolucionário a ser seguido por todos os países. Em segundo lugar, frente a derrota das experiências comunistas nos países da Europa ocidental, foi ganhando espaço aos poucos a tese do “socialismo em um só país”. Esta estratégia tinha como objetivo subordinar as possibilidades da Revolução Mundial às exigências da URSS para conseguir consolidar nesse país o socialismo. Inicialmente essas duas estratégias se firmaram dentro do PC russo e, após a derrota de Trotsky, atinge a Internacional Comunista, com consequência direta na condução política dentro do PCB.⁷

Já no que diz respeito as mudanças ocorridas no plano teórico da IC, pode-se notar em sua análise uma forte valorização das condições objetivas para se alcançar a revolução, com o elemento subjetivo sendo relegado a segundo plano e entendido como decorrência direta das condições estruturais existentes. Ou seja, a formação da consciência de classe passa cada vez mais a ser entendida como consequência dos avanços materiais alcançados em cada sociedade e das “etapas” em que se encontram.

A resolução do VI Congresso defendia que o Brasil, junto com demais países asiáticos, seria caracterizado como uma semicolônia de exploração, predominantemente agrária e com vestígios feudais. A revolução socialista no Brasil deveria se guiar de forma a impedir o avanço do imperialismo norte americano e se associar ao movimento operário revolucionário dos países capitalistas e, em especial, a URSS.

“Mais ainda, a aliança com a URSS e o proletariado revolucionário abre para as massas da China, Índia e de todos os outros países coloniais e semicoloniais o prospecto para a independência econômica e o desenvolvimento cultural, evitando a etapa da dominação capitalista, evitando provavelmente o próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas em geral. Há uma possibilidade objetiva do caminho não capitalista para o desenvolvimento das colônias atrasadas, a possibilidade de que a revolução democrático-burguesa nas colônias mais avançadas seja transformada, com a ajuda das ditaduras do proletariado vitoriosas em outros países, numa revolução proletária socialista. (...) Todas as questões básicas do movimento revolucionário nas colônias e nas semicolônias estão intimamente ligadas à luta de nossa época entre os sistemas capitalista e socialista, uma luta sendo conduzida em escala mundial pelo imperialismo contra a URSS. E,

⁷ Antunes, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Campinas: *Cadernos Ael*, nº2, Primeiro semestre de 1995, p. 13-15.

dentro de cada país capitalista, a luta entre a classe dominante capitalista e o movimento comunista.”(VI CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928: 3-4)⁸

A resolução ainda defendia que, em decorrência do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nas colônias, associado à “forte presença do feudalismo e das relações pré-capitalistas”, a “etapa” que esses países precisariam passar era a “democrático-burguesa”. Nesse sentido, e com forte influência da experiência da Revolução Russa, propunha as seguintes medidas: mudar a correlação de força em favor do proletário e retirar a classe dominante associada ao imperialismo do poder; emancipar o país do imperialismo através da nacionalização das empresas estrangeiras; organização de sovietes de proletários e camponeses; e estabelecer a ditadura do proletário, consolidando por fim sua hegemonia. Nesta perspectiva, os camponeses, maioria da população das colônias, deveriam se aliar apenas ao proletariado urbano na luta pela revolução socialista, rejeitando a formação de blocos com a pequena-burguesia “nacional-reformista”.

No final das resoluções é feito um destaque reforçando que os Partidos Comunistas deveriam dar especial atenção para a “questão do negro” dentro dos países coloniais, os quais são separados em quatro grupos: dos EUA, da América do Sul, da África Central e da África do Sul. A função dos PCs seria de lutar pela igualdade completa de direito para os negros e intensificar o combate contra o racismo, inclusive dentro do partido, para conseguir aumentar o recrutamento de trabalhadores negros para o partido e sindicatos. Na perspectiva do *Comintern*, o combate contra a discriminação racial se inseria junto a luta contra a dominação econômica exercida pelo “sistema feudal” nas colônias.

As diretrizes propostas pela resolução do VI Congresso da Internacional Comunista foram sendo aos poucos adotadas pelo PCB. O primeiro sintoma pode ser percebido já nas deliberações do III congresso do PCB realizado em 11 de fevereiro de 1929, em que o Brasil foi caracterizado como um país semicolonial, dominado pelo imperialismo, com a luta revolucionária pautada pela revolução democrático-burguesa e supressão dos vestígios feudais. Entretanto, ainda constam algumas divergências quanto a resolução do VI Congresso, como a caracterização da pequena-burguesia como um elemento revolucionário com a qual o movimento operário deveria se associar. Apesar de já haver uma aproximação considerável da estratégia do PCB com as diretrizes da IC, a resolução deliberada pelo III Congresso do PCB

⁸ Disponível em: <http://movimentobandeiravermelha.blogspot.com.br/2013/07/teses-sobre-o-movimento-revolucionario-paises-coloniais-semicoloniais.html>



7

sofreu duras críticas. Em 17 de abril de 1930 foi publicado pelo Jornal *A Classe Operária*⁹ (Rio de Janeiro) uma “resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira”, na qual o secretário político da IC, Dimitri Manuilski, tece fortes críticas à estratégia do PCB. Em suas palavras:

“Diversos fatos indicam que, no seio do Partido Comunista do Brasil, muito longe estão ainda de compreender a importância da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa (...). No partido, prega-se abertamente a teoria da ‘revolução democrática pequeno-burguesa’, sob cuja cobertura ‘o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder’ (camarada Brandão). Esta teoria menchevista, anti-leninista e anti-marxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder (...)” (JORNAL A CLASSE OPERÁRIA, 1930: 3)¹⁰

No que diz respeito a questão racial, um dos destaques dado pelo VI Congresso, o PCB continuou a menosprezar esse debate dentro da organização. Nessa mesma resolução, o secretário político reitera a necessidade de recrutar pessoas das classes oprimidas, como imigrantes, indígenas e negros, para dar “ao partido a possibilidade de aumentar e estender sua influência entre as massas” (JORNAL A CLASSE OPERÁRIA, 1930: 3). A negligência quanto a esse tema por parte do PCB pode ser exemplificado na fala do delegado brasileiro, Leôncio Basbaum, na Primeira Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em Buenos Aires em julho de 1929. “El problema de las razas en América Latina” foi um dos temas debatido no congresso, discussão marcada por muitas divergências. De acordo com o delegado brasileiro:

“Gran parte de la población del litoral brasileño esta compuesta por mulatos; el tipo del negro puro es, hoy, muy raro. El cruzamiento se hace cada día mas intensamente, produciendo tipos cada vez más claros desde que no viene al país desde hace cerca de medio siglo, inmigrantes negros. El preconceito contra el negro asume reducidas proporciones. En el seno del proletariado, éste no existe. En la burguesía, en ciertas capas de la pequeña burguesía, éste mal se deja percibir. (...) Se debe notar aún, que hay innumerables negros y mulatos ocupando cargos de relieve en el seno de la burguesía nacional. (...) Se deduce de lo dicho que en el Brasil no se podrá hablar del prejuicio del color (...). La situación de los negros en el Brasil, no es de tal naturaleza como para exigir de nuestro Partido, organice campañas reivindicatorias para los negros, con consignas especiales” (BASBAUM, 1929: 296-297)

No começo da década de 1930 o PCB continuaria ignorando a discussão sobre a condição do negro no Brasil, focando o debate racial principalmente na questão indígena. Mesmo que houvessem esforços por parte da Internacional Comunista em dar mais atenção

⁹ Jornal criado pelo PCB para a difusão de suas ideias e para o debate interno.

¹⁰ Jornal *A Classe Operária*, 17 de abril de 1930. Disponível em:

https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/51_602.pdf



8

para o preconceito racial sofrido pelos negros, ainda é possível perceber dentro do PCB um defesa da existência de uma suposta democracia racial no Brasil. Entretanto, ao poucos, e principalmente em decorrência da pressão externa que o PCB recebia, o debate sobre o racismo no partido foi ganhando destaque. Em especial, aumenta-se o combate ao racismo dentro do próprio partido, o qual funcionava como uma barreira que dividiria a classe trabalhadora, inviabilizando que mais negros entrassem para o partido ou que o próprio partido se aproximasse dos movimentos negros que surgiam à época.

O movimento negro nesse período se expandia, com a formação, por exemplo, da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, organização com aproximadamente 70 mil membros que pregava o nacionalismo negro e que pautava na sociedade brasileira reivindicações específicas da população negra. Desta forma, a partir das diretrizes impostas pela IC, o Partido Comunista do Brasil passa a se aproximar do FNB e a encampar suas pautas, além de começar a analisar o preconceito racial como uma forma de se intensificar a exploração econômica dentro da sociedade brasileira, iniciando o delineamento crítico a ideologia da democracia racial, vertente que ganharia sua versão mais acabada com o livro *Casa-Grande & Senzala*.

A partir das diretrizes traçadas pela Seção Latina da Internacional Comunista (1929), o PCB adotou uma estratégia de aumentar o recrutamento de proletários para se filiarem ao partido, renovando todos os dirigentes que não tivessem origem social na classe trabalhadora, como por exemplo, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Esse fenômeno, dentro das estratégias do PCB, ficou conhecido como "obrerismo". Neste contexto, Caio Prado Jr. por ser considerado um intelectual e ter origem de classe aristocrática teve algumas restrições iniciais para circular dentro do partido. Entretanto, exatamente por ter uma condição financeira melhor que a maioria de seus companheiros de partido, a sua contribuição era superior, fato de grande importância para um organização que tinha como objetivo se financiar através de doações pessoais. Desta forma, podemos afirmar que sua filiação no PCB neste contexto teve uma receptividade contraditória.

De acordo com um relatório policial do DEOPS-SP - provavelmente mal informados – é afirmado que Caio Prado Jr., logo após ingressar no PCB, tentou formar um cisão interna dentro do partido e foi expulso:

"(...) chegando mesmo a dar certa quantidade de dinheiro para diversos camaradas,(...). Foi mais tarde expulso do partido devido a estas complicações todas que ele motivou e também por criar no seio do Partido a teoria de que a Revolução de 30 foi a revolução agrária anti-imperialista e que só restava aos



9

trabalhadores fazerem a revolução democrática-burguesa.” (GABINETE DE INVESTIGAÇÕES DE SÃO PAULO, 1933)¹¹

Esta versão não confere com os registros do PCB, não havendo dados que comprovem que Caio Prado Jr. tenha sido de fato expulso. Entretanto, certamente, os seus primeiros anos dentro do partido foram marcados por uma intensa disputa interna quanto as interpretações da realidade brasileiro. Em carta de 29 de novembro de 1932 o Comitê Regional do PCB de São Paulo acusou Caio Prado Jr. de algumas “traições”, como querer fundar um jornal de caráter “pequeno burguês”, por organizar cursos de estudos marxistas sem a autorização do partido, por se vincular a pessoas e ideias trotskistas e, de forma geral, por ir contra as diretrizes da Internacional Comunista estabelecidas em seu VI congresso. Cabe ressaltar que ser considerado trotskista nesta época era equivalente a ser chamado de “traidor da revolução proletária mundial”. Caio Prado Jr. negou todas as acusações que recebeu em carta escrita ao Comitê Regional em 30 de novembro:

“Quanto a afirmar que se trata de uma tese trotskista, há aí um pequeno engano. Os trotskistas brasileiros afirmam que a revolução de 1930 foi uma revolução democrática-burguesa. É nisto que divergem (...) da doutrina do PC. Ora eu nunca afirmei semelhante tolice, e pelo contrário sustento que nas condições do Brasil não há lugar para uma revolução burguesa, porque o nosso regime já é arqui-burgues. O CR [Comitê Regional] quer provocar uma revolução democrático-burguesa. Mas isso é absurdo. Ninguém manda nos acontecimentos. O papel do PC seria, no caso de se processar uma revolução burguesa, encabeça-la. Mas para isso é preciso antes indagar se de fato o Brasil está na iminência de uma revolução burguesa. É isto que eu nego. Se estivesse, os sintomas não faltariam, e ninguém de bom senso o poderia negar. (...) E o CR pode estar certo que lhe valem muito mais colaboradores conscientes e sinceros, que oportunistas sem opinião, que aceitam tudo, só pelo medo de discutir, e não porque estejam sinceramente convencidos. (...) Estes nunca faltarão na hora que forem chamados a lutar.” [Grifos nossos] (PRADO JR., 1932)¹²

Apesar de existirem divergências interpretativas entre Caio Prado Jr. e o PCB, principalmente com o Comitê Regional, ele não deixou de militar dentro desta organização, mesmo que possivelmente tenha sofrido alguma sanção interna. O relativo isolamento que foi relegado dentro do partido não o coibiu de continuar seu exercício reflexivo sobre o Brasil, sendo essa época que Caio Prado Jr. escreve seu livro *Evolução política do Brasil*, considerado um dos primeiros esforços da historiografia marxista para se interpretar o passado brasileiro e a luta da população oprimida durante o Brasil Império. De toda forma, o que queremos destacar é que sua interpretação surge dentro do debate realizado pelo PCB, e

¹¹ Gabinete de Investigações de São Paulo, Informes Reservados de 19 de dezembro de 1933. Retirado de Martinez, Martinez, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo, Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1998, Anexo 3.2, p. XXI.

¹² Retirado de Péricas, Luiz Bernardo, *op. cit.* p 44-45.



10

em grande medida como uma contraposição interna. No início de seu livro, quando analisa o caráter da colonização no Brasil, já se contrapõe à visão hegemônica do partido, ao afirmar que o feudalismo no Brasil não teria vigorado:

“O regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal. Não gozavam os donatários de nenhum direito direto sobre a terra (...). Este ensaio de feudalismo não vigorou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil.” (PRADO JR., 1977: 15).

O tema que ganha destaque na abordagem de Caio é a análise sobre os conflitos políticos entre as diferentes classes sociais no processo de independência do Brasil e seus desdobramentos durante a primeira metade do século XIX. Se por um lado a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 acarretou na extinção de algumas amarras do sistema colonial, como o fim do monopólio do comércio colonial e algumas mudanças administrativas adotadas pelo governo no Brasil, as quais tornaram o arranjo de governo não mais compatíveis com o sistema colonial vigente; por outro lado, uma onda de insurreições toma conta do Brasil e traz à tona as contradições econômicas e sociais da colônia. Entre as contradições enunciadas em *Evolução Política do Brasil*, se sobressaem as de natureza étnica, com o preconceito de cor sendo uma das marcas constitutivas de nossa sociedade.

“São ainda as contradições de natureza étnicas, resultado da posição deprimente do escravo preto, e, em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a maioria da população que é aí atingida e que se ergue contra uma organização social que além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência da colônia. A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo por vezes) fosse a expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e a força organizada da ordem estabelecida.” (PRADO JR., 1977: 45)

Neste cenário de intensa ebulição política, as classes sociais em disputa se posicionaram da seguinte maneira. De um lado, a classe dominante, dividida entre os reacionários que queriam regressar o Brasil ao estatuto colonial e as classes superiores da colônia que visavam conseguir a independência política de Portugal. Na outra ponta, estariam as classes populares da população, a maioria oprimida, que enxergavam na constituição que se esboçava uma possibilidade de alcançar a liberdade econômica e social. Apesar do acirramento das contradições e de haver uma expressiva participação de negros cativos e libertos nas diferentes revoltas que surgiam, Caio Prado Jr. os enxerga como imaturos e incapazes de fazerem prevalecer suas reivindicações devida a falta de coesão e organização.

A essa limitação subjetiva seria adicionado um fator objetivo, ou seja, de acordo com o autor não havia condições reais para se superar a opressão das classes populares. Isto porque, durante o processo de independência e as primeiras décadas do século XIX, a organização produtiva e econômica brasileira esteve cada vez mais atrelada ao trabalho escravo, com o tráfico transatlântico alcançando proporções inéditas naquela época¹³. Desta forma, dentro do quadro interpretativo proposto por Caio Prado Jr., o sucesso das lutas políticas das classes populares dependem concomitantemente tanto de um projeto político definido que traga organização e coesão entre os grupos oprimidos, como da capacidade objetiva para essa vitória se concretizar, ou seja, ela precisa ser compatíveis com as possibilidades da sociedade.

Se por um lado o processo de independência é entendido como um avanço para que o Brasil alcançasse sua soberania; por outro, não foi capaz de abarcar as aspirações democráticas que surgiam através das revoltas populares. De acordo com Caio Prado Jr., as condições subjetivas e objetivas não estavam suficientemente maduras para possibilitar a superação das opressões impostas pela sociedade escravista. Em decorrência das condições existentes, o alcance das reivindicações populares foi limitado e, em grande medida, a falta de organização e coesão entre os que se rebelaram influenciou a derrota deste movimento.

Essa foi a primeira vez dentro da historiografia marxista que as classes oprimidas apareciam como sujeitos políticos, apesar do autor constatar sua fragilidade quanto a capacidade para fazer valer seus interesses. A interpretação trazida por Caio Prado Jr. em *Evolução política do Brasil* foi bastante inovadora entre os marxista pelos novos elementos que o autor colocava em destaque. Entre as inovações, elencamos três que consideramos fundamentais. A primeira é ter pautado sua análise na perspectiva defendida por Karl Marx no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de que são os homens que fazem a sua própria história, entretanto, não a fazem de acordo com suas próprias vontades, já que não são eles que escolhem as condições em que esta história é feita.¹⁴ Ou seja, as condições objetivas e subjetivas das ações humanas são inerentes à época em que ocorrem, com seu alcance circunscrito a estes limites. Em segundo lugar, em contraposição a diretriz hegemônica da Internacional Comunista, pautava a necessidade de se formar uma consciência de classe para realizar as mudanças necessárias, valorizando desta forma a importância de se analisar

¹³ Prado Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p 46-47.

¹⁴ Marx, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011, p. 25.



12

também as questões subjetivas.

Por fim, destacamos talvez aquilo que seja a maior inovação trazida por Caio Prado Jr. dentro da vertente marxista brasileira, que foi abordar o processo de transformação da sociedade a partir de uma perspectiva que visasse apreender a totalidade. É através de uma olhar para a totalidade que o autor analisa o processo de mudança e a capacidade de ação dos sujeitos. Isto se justifica, em certa medida, pelo objetivo de pesquisa que Caio Prado Jr. teve ao longo de sua vida de entender como saímos de uma sociedade colonial e nos defrontamos com os dilemas para nos formarmos como nação. Para entender este movimento seria necessário, de acordo com o autor, posicionar o Brasil dentro desta totalidade, que também se modifica e que caminha no sentido de romper com as amarras do Sistema Colonial para se inserir no sistema capitalista. Abordagens que visavam entender os processos através da totalidade se tornavam uma prática comum aos autores da “geração de 1930”. Dentro deste contexto, foi Caio Prado Jr. quem introduz essa perspectiva no marxismo brasileiro.

Mesmo no que diz respeito ao debate racial o autor já começa a se diferenciar de seus contemporâneos, tanto dentro do PCB como no debate aberto com outras vertentes interpretativas, ao defender que o racismo era um elemento estruturante da sociedade e que a escravidão no Brasil, diferentemente da ideia que vigorava à época, caracterizava-se pela crueldade. Entretanto, parte pelo peso que a escravidão exercia sobre os negros e o papel que desempenhava na sociedade brasileira, o que dificultava e impunha limites às ações existentes contra este regime, e em parte pela baixa coesão e organização entre os escravos, Caio Prado Jr. entende que as revoltas escravas durante a primeira metade do século XIX pouco abalaram o poder político vigente, não existindo um movimento de vulto contra a escravidão capaz de propor um projeto alternativo. Em suas palavras:

“[Os escravos] Não formaram por isso uma massa coesa, e não raro vemo-los tomarem armas uns contra os outros. Por isso também representam um papel político insignificante. Privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais, onde viviam submetidos a uma disciplina cujo rigor não conhecia limites, e cercados de um meio que lhes era estranho, faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatores de vulto no equilíbrio político nacional. Só no decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe em si noutra para si.”[Grifos nossos] (PRADO JR., 1977: 60-61)

Apesar das divergências, a militância política de Caio Prado Jr. entre os anos de 1933 e 1934 se intensificaria dentro do PCB. Já com maior influência e respeito dentro desta organização, afinal, destacava-se por ter publicado dois livros de grande relevo dentro da



13

vertente marxista: *Evolução Política do Brasil*, que acabamos de analisar, e *URSS, um novo mundo*, que relata sua viagem a este país, a qual foi apresentada em forma de palestras e recebida com grande interesse dentro do PCB. Em 1935, Caio torna-se o presidente regional de São Paulo da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que teve seu manifesto escrito por Luiz Carlos Prestes e que defendia o combate ao imperialismo, o não pagamento da dívida externa, a nacionalização dos serviços públicos, o estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas, a reforma agrária e libertação nacional.

Até a data do lançamento do manifesto da ANL, em julho de 1935, a organização se expandiu e conseguiu angariar novos adeptos. Entretanto, este impulso é barrado por Vargas, através do Decreto Especial 299, proibindo a atuação da ANL por seis meses, colocando-a na ilegalidade. O mesmo viria a ocorrer com o PCB¹⁵ após o Levante Comunista ocorrido naquele mesmo ano ser sufocado. Em 23 de novembro de 1935, o 21º Batalhão de Caçadores de Natal, junto com o apoio popular, tomou o controle do estado em pouco tempo. Nos dias seguintes outras sedes militares se rebelaram no Rio de Janeiro. Entretanto, estes levantes foram rapidamente derrotados pelas tropas federais e seus organizadores fortemente reprimidos. Com o fracasso do levante, nos dois meses seguintes, estima-se que foram presos entre 7 mil e 20 mil pessoas, instaurando-se no Brasil um clima de perseguição política. Caio Prado Jr., que já havia sido preso uma vez em 1930, é novamente encaminhado ao presídio em 3 de dezembro de 1935, acusado de defender “ideias extremistas”, permanecendo encarcerado até setembro de 1937. Um mês depois de ter saído do presídio deixa o país, exilando-se na França. O retorno de Caio Prado Jr. ao Brasil ocorreria apenas um ano e meio depois, em março de 1939, poucos meses antes do início da 2ª Guerra Mundial e com o Estado Novo de Getúlio já consolidado.

Considerações finais

A militância política e intelectual de Caio Prado Jr. dentro do PCB foi certamente marcada por inúmeras divergências em relação às diretrizes do partido. De forma geral, através da contextualização do período que Caio Prado Jr. atuou dentro do PCB no início da década de 1930, buscamos compreender sua interpretação como uma crítica ao posicionamento desta organização em relação a três pontos. Em primeiro lugar, opõe-se a

¹⁵ O PCB foi colocado na ilegalidade entre os anos de 1935 e 1945.



14

diretriz hegemônica do partido que considerava o Brasil uma sociedade feudal; em segundo lugar por destacar a importância de se considerar os aspectos subjetivos em uma análise histórica; e por fim, diferentemente do que era defendido majoritariamente pelo comitê central do PCB, chama a atenção para a necessidade de analisar o racismo como um elemento estruturante da sociedade brasileira.

Ainda em relação a estes pontos, entendemos que suas motivações para a crítica que faz à interpretação do PCB se relaciona a alguns elementos. Em primeiro lugar, quando critica a posição oficial tanto do PCB quanto da Internacional Comunista que defendia que o Brasil era uma sociedade “feudal” ou “semifeudal”, o autor está se opondo a importação de modelos analíticos que não condizem com a realidade brasileira e não nos dizem respeito. Desta forma, ao rejeitar que o Brasil seria uma sociedade feudal, realiza a crítica com os olhos voltados para história específica da formação da sociedade brasileira, que para o autor se tratava de uma sociedade colonial na luta pela sua consolidação como nação.

Em segundo lugar, ao tratar dos aspectos subjetivos, da necessidade da formação da consciência de classe e da existência de um projeto político organizado, o autor chama a atenção para elementos que à época eram postos em segundo plano pela Internacional Comunista, em especial após a sua “stalinização”. Por fim, em relação ao debate sobre o racismo no Brasil, entendemos que o posicionamento de Caio Prado Jr. contribui para que este aspecto fosse levado em consideração nas análises do partido. O período que militou no partido no início da década de 1930 esteve marcado pela inflexão que a organização apresentou em relação a este tema, com forte influência externa para que fosse adotado uma linha mais “obreira” e aumentasse o recrutamentos de negros e trabalhadores fabris para as fileiras no partido. Neste quadro, entendemos que Caio Prado Jr. possui uma posição de denúncia ao racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira, contribuindo tanto para o debate dentro do PCB quanto para à crítica aos demais interlocutores contemporâneos que passavam a endossar a perspectiva de que no Brasil vigorava uma democracia racial.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Campinas: *Cadernos Ael*, nº2, primeiro semestre de 1995.



15

BASBAUM, Leôncio. Decima septima sesion, realizada en 8 de junio de 1929. In: *Versiones de la Primera Conferência Comunista Latino Americana*. Buenos Aires: Ed. La Correspondência Sudamerica, Junio de 1929.

CANDIDO, Antônio. A força do concreto. In: D'Incao, Maria Angela [org]. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Jr.*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CADAREVIAN, Pedro Caldas. *Raças, classes e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. Florianópolis: Revista Política & Sociedade, v.11 – nº20, abril de 2012, _____.*Os percursos da interpretação marxista do problema racial*. Campinas: Revista Crítica Marxista, nº 24, 2007.

MANUILSKI, Dimitri. Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. Rio de Janeiro: Jornal *A Classe Operária*, 17 de abril de 1930.

Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/51_602.pdf

LIMA, Heitor Ferreira. Caio Prado e seu Tempo. In: D'Incao, Maria Angela [org]. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Jr.*. São Paulo: brasiliense, 1989.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1998.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

PÉRICAS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Jr: uma biografia política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

VI CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. *Teses sobre o movimento revolucionários nos países coloniais e Semi-coloniais*. Moscou, 1928.

Disponível em: <http://movimentobandeiravermelha.blogspot.com.br/2013/07/teses-sobre-o-movimento-revolucionario-paises-coloniais-semicoloniais.html>